

ATA DA 2ª REUNIÃO DA CT CUBATÃO-
MADRE - LICENCIAMENTO 7096/2020



Local	Vídeoconferência	Data	17/08/2023
Hora: 9h00	Início: 9h05	Término: 10:50	

Link da videochamada
<https://meet.google.com/efu-butg-ndo>

Participantes: Eduardo Moure (IÇARA) - Coordenador, Danilo Funke (CRBIO 9) - Relator, Filipe Viezzer (ACESA), Bruno Beilfuss (SEMAE SC), Ramon Vitto (CASAN),

Demais presentes:

Professor Dr. Pedro de Souza Pereira (UFSC), Cíntia Hoffer (IAC), Rubia Girard (IAC), Rafael Ulysséa (Prefeitura Municipal de Garopaba).

Ordem do Dia

1. Boas-vindas e breve apresentação dos participantes;
2. Apresentação geral do Licenciamento e EAS;
3. Principais dúvidas da CT para os/as especialistas;
4. Diálogo com especialistas sobre as questões levantadas pela CT;
5. Elencar pontos principais e questões para aprofundamento da CT e
6. Programação da saída de campo no local dia 22/08.

Ata

No décimo sétimo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e cinco minutos, com o uso do *software Google Meet*, em primeira convocação, reuniram-se, os representantes das cinco organizações-membro da Câmara Técnica – CT do Comitê Cubatão e Madre responsável pela análise do Licenciamento 7096/2020 - Dragagem do canal para Alimentação Artificial da Praia da Barra, em Garopaba, em sua 2ª reunião de trabalho, convocada com a finalidade de (2) apresentação geral do Licenciamento e EAS; (3) principais dúvidas da CT para os/as especialistas; (4) diálogo com especialistas sobre as questões levantadas pela CT; (5) elencar pontos principais e questões para aprofundamento da CT, e (6) programação da saída de campo no local dia 22/08. O Coordenador da CT, Sr. Eduardo Moure, abriu os trabalhos e, sugeriu uma breve apresentação individual dos presentes à reunião, o que é feito a seguir. Em seguida, o Sr. Eduardo, fez uma apresentação geral do processo de licenciamento e os documentos complementares encaminhados pela Defesa Civil de Garopaba, salientando que todos os documentos encaminhados para a CT foram disponibilizados em um drive com o link já informado ao grupo via e-mail. Eduardo informou que já está sendo feito um esboço do parecer referente a Informação Técnica nº 1280/2020 do Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA, parte integrante do Processo IMA nº 7096/2020 (fls. 262-265), que se refere ao estudo Ambiental Simplificado para Dragagem e Alimentação Superficial da Praia da Barra e que foi encaminhado ao Comitê através do Ofício CPDC nº 13/2021, de 13/04/2021, pela Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil da Prefeitura Municipal de Garopaba. Eduardo apresentou alguns pontos importantes do parecer que está em construção e pontuou que os objetivos do estudo necessitam de mais justificativas e que a alimentação da praia, segundo o estudo, se justifica principalmente pelo risco civil para as residências locais. Após sr. Danilo explicou que este parecer necessita de uma análise

mais profunda e colocou que no estudo socioambiental realizado pelo Município de Garopaba, há um enfoque na questão das áreas urbanas consolidadas e na nova legislação aprovada recentemente, e que há a necessidade de uma nova avaliação pela CT nesse sentido, principalmente no que diz respeito as faixas de curso de água e a redução de APP de mata ciliar, e complementou que inclusive a região da faixa da praia de Garopaba está no mapa como uma área de urbanização consolidada, para ser aplicado o REURB. Eduardo destacou o item 3.1.2 do parecer que trata sobre as diferentes granulometrias dos sedimentos para o engordamento da praia, e explicou que o estudo simplificado fez a análise de 4 pontos da praia e que é interessante fazer um estudo mais profundo desta análise, tendo em vista a utilização de 2 modelos para análise, e explicou as diferenças entre os modelos e o que cada um mostrou através dos cálculos, destacando que o modelo analítico se mostrou mais otimista, apresentando vida útil de 8,12 anos do alargamento com taxa de regressão de 1,92m/ano, e que uma sugestão poderia ser procurar outras alternativas de jazidas, além da dragagem do canal com maior compatibilidade de granulometria. Após Sr. Bruno chamou a atenção para o quanto a CT deveria interferir neste ramo do projeto, pois o foco do Comitê são os cursos de água doce enquanto gestão de recursos hídricos e que o Comitê não deveria entrar nesta discussão, devendo construir um parecer com uma recomendação cautelosa para as questões relacionadas à praia. Eduardo concordou em partes e colocou que o foco do parecer deve ser sobre a demanda de uso de água do canal da barra com a dragagem da lagoa (objeto principal do licenciamento) mas que podem ser feitas considerações em relação ao engordamento de praia. Rafael Ulysséa colocou ao grupo que o IMA solicitou estudos sobre o solo em mais pontos, e manifestou que o volume de 99mil m³ que constava no estudo, foi desenhado no pior cenário de 2019 e que atualmente poderia chegar a um volume de 19 a 23 mil m³. Posteriormente, Eduardo, destacou o item 3.2 sobre a Dragagem do Canal da Barra, e explicou que para a atividade de dragagem, as justificativas tratam da observação do “avanço do assoreamento do canal da barra nos últimos anos pelos moradores e pescadores da região, já não vem cumprindo sua renovação natural de oxigênio da lagoa, comprometendo de forma aguda a vida neste ambiente”, informações que precisam ser melhor analisadas, visto que essas informações foram apresentadas somente como “relatos dos moradores e pescadores” sem justificativa ou dados técnicos e científicos sobre o assoreamento e sobre o oxigênio na lagoa. Destacando, por exemplo, que os dados apresentados sobre a qualidade da água da lagoa não demonstram níveis muito baixos de oxigênio dissolvido. Além disso, Eduardo também destacou outros fatores com justificativas para a execução de dragagem do canal (cujos efeitos tidos como positivos a nosso ver foram superdimensionados sem dados efetivos que justifiquem essa conclusão), consta também o fato de evitar alagamentos de estruturas urbanas. Após a apresentação geral do EAS e de alguns questionamentos levantados pelo grupo, Eduardo passou a palavra ao Prof. Dr. Pedro, do curso de Oceanografia da UFSC, que agradeceu o convite, falou que o documento do parecer está muito bom. Falou também que é favorável ao engordamento da praia, porém, o engordamento de praias deve ser tratado como restauração ecossistêmica da praia, pensando também na restauração das dunas e restingas que protegem a praia. Comentou também que esses ambientes estão sofrendo muitas interferências das atividades humanas e que, a engorda de praia, se pensada e executada para a restauração desse ecossistema, pode ser um bom caminho para a restauração e proteção desses ambientes. Destacou, porém, que a questão do tamanho do grão é fundamental nesses processos de engorda, e deve ser a mais próxima possível

ao grão da praia, porque se for mais grosso ou mais fino poderá alterar o ecossistema praiar, portanto, a granulometria é muito importante e deve ser considerada. Outro ponto destacado pelo Prof. Pedro foi a questão do monitoramento e acompanhamento dessas atividades a partir do gerenciamento costeiro e que este tipo de atividade tem ação direta com o sistema lagunar, não com a bacia de drenagem diretamente, mas que há interferência na bacia também. Além disso, colocou a importância de se considerar a taxa de erosão para as estimativas do “tempo de vida” desse tipo de atividade. Em seguida Sr. Ramon, fez um questionamento ao Prof. Pedro, se o assoreamento antrópico estaria interferindo na dinâmica da interface da água doce com salobra (com salinidade baixa) e se o desassoreamento do canal não estaria avançando essa interface e poderia interferir na biota da lagoa ou gerar outras interferências. Prof. Pedro respondeu que todo o litoral brasileiro tem pequenas lagunas que tem uma tendência de extinção no longo prazo, seja por ocupação humana e suas interferências ou por evolução natural, o sedimento está entrando no sistema e tem dificuldade de reversão natural, e que em relação a salinidade, em baixa concentração, com pequena quantidade de sais, não interfere na questão da sedimentação mas que a dragagem pode alterar a hidrodinâmica na lagoa e ela pode sofrer mais influência da cunha salina, destacou também que essa conexão entre lagoa e mar é muito efêmera. Após Filipe Viezzer também contribuiu com a questão sobre o impacto aos recursos pesqueiros, e questionou Prof. Pedro se há a possibilidade de haver esse impacto, que foi respondido que para essa resposta deveria ser modelada a hidrodinâmica da lagoa antes e após a dragagem, mas que poderia sim ter impactos nos recursos pesqueiros. Após Ramon destacou a questão de trazer material de fora para o engordamento da praia e que isso pode não ser benéfico para o ambiente praiar, e ainda colocou que no estudo há uma justificativa que trata da dispensa do estudo de modelagem pelo fato da água ser estagnada. Ramon ainda complementou que não precisaria ser uma modelagem complexa, mas que deveria ser feita para entender melhor o funcionamento desse sistema. Falou também de buscar relatos junto à comunidade local e evidências do assoreamento do canal e do ambiente ao longo do tempo. Sr. Danilo, colocou que o papel do Comitê não é interferir no processo do licenciamento pelo IMA, e sim emitir um parecer e que o ambiente praiar não é atribuição do Comitê mas que o canal e a lagoa sim; e que com relação a trazer sedimentos de fora (alóctones) as novas sondagens solicitados pelo IMA podem ser bem positivas se trouxerem dados sobre a granulometria e que sejam compatíveis com a areia da praia, até para as próprias edificações. Comentou também que a CT deve se ater aos dados que foram apresentados, fazer o parecer e levar a Assembleia do Comitê e que a saída de campo será muito importante para compor uma possível finalização do parecer, destacando ainda a necessidade de um retorno do Comitê para o IMA. Ainda complementou que há uma falta no EAS da influência dos fatores a montante à lagoa com relação a essa questão de assoreamento se a influência no assoreamento da lagoa vem do mar ou da própria bacia (falta de mata ciliar nas margens dos cursos d’água e uso e ocupação do solo na bacia). Em seguida Filipe, destacou que a intenção do estudo é pertinente, que é a proteção civil, recuperação da praia, porém destacou a falta de entendimento dos possíveis impactos na lagoa (biológico, socioeconômica, etc), o que a dragagem pode causar e a importância da população local estar ciente dos possíveis impactos. Em seguida Rúbia, sugeriu fazer uma lista elencando as principais recomendações que o Comitê poderia apresentar para o estudo. Eduardo destacou as principais recomendações elencadas durante a reunião como: importância da granulometria que será utilizada, buscar a maior compatibilidade que será usada dos grãos;

questões relacionadas a qualidade da água como o oxigênio dissolvido, a salinização e as mudanças hidrodinâmicas da dragagem, e os possíveis impactos na qualidade tanto positivos quanto negativos; entender melhor o histórico da batimetria, o aporte de sedimentos que chega na lagoa, e a influência da água que chega da bacia; entender os possíveis impactos nos recursos pesqueiros, sendo uma atividade da região com essa principal atividade; avanço da cunha marinha, que afeta o tipo de uso da água, com restrições nos usos múltiplos. Após o grupo discutiu sobre a organização da saída de campo agendado para dia 22 de agosto de 2023, horários e período de visita. Não havendo mais nada a discutir o coordenador Sr. Eduardo encerrou a reunião.

Eduardo Moure
Coordenador da Câmara Técnica

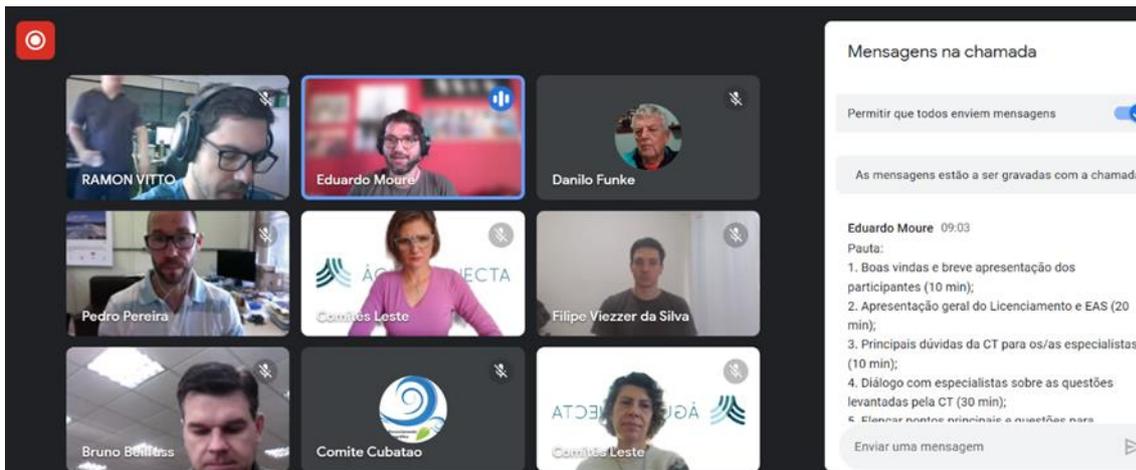
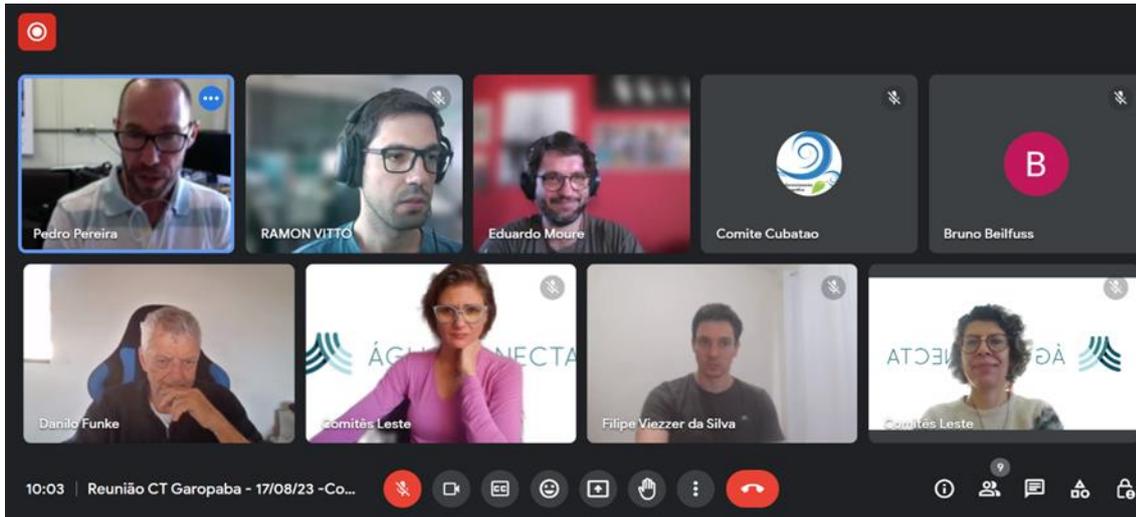
Danilo da Silva Funke
Relator da Câmara Técnica

Florianópolis, 17 de agosto de 2023



Comitê
Cubatão e Madre

LISTA DE PRESENÇA (foto)



Comitê
Cubatão e Madre